



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638506 - MT (2021/0000966-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : PAULO JOSE LOPES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : PAULO JOSE LOPES DE OLIVEIRA - MT0215150
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : ANA PAULA SOUZA LIMA (PRESO)
CORRÉU : RAONY SILVA CORREIA
INTERES. : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANA PAULA SOUZA LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (HC n. 1021420-66.2020.8.11.0000).

A paciente foi presa em flagrante pela suposta prática dos crimes de tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes, e teve a prisão convertida em preventiva, a fim de resguardar a ordem pública.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

O impetrante sustenta que o decreto preventivo careceria de elementos concretos que evidenciassem a caracterização dos requisitos necessários, descritos no art. 312 do CPP para a custódia da agente, razão pela qual deveria ser revogado.

Assevera que não haveria indícios em desfavor da paciente, que seria mera usuária de drogas, e não teria nenhuma participação nos fatos imputados ao seu namorado.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor da agente. No mérito, pugna pela concessão da ordem, para que seja confirmada a liminar, ainda que com a fixação de cautelares diversas, previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista que os motivos que ensejaram a manutenção do decreto preventivo mostram-se, em princípio, concretos, pautando-se nas particularidades dos delitos imputados à paciente (fls. 399/400).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente